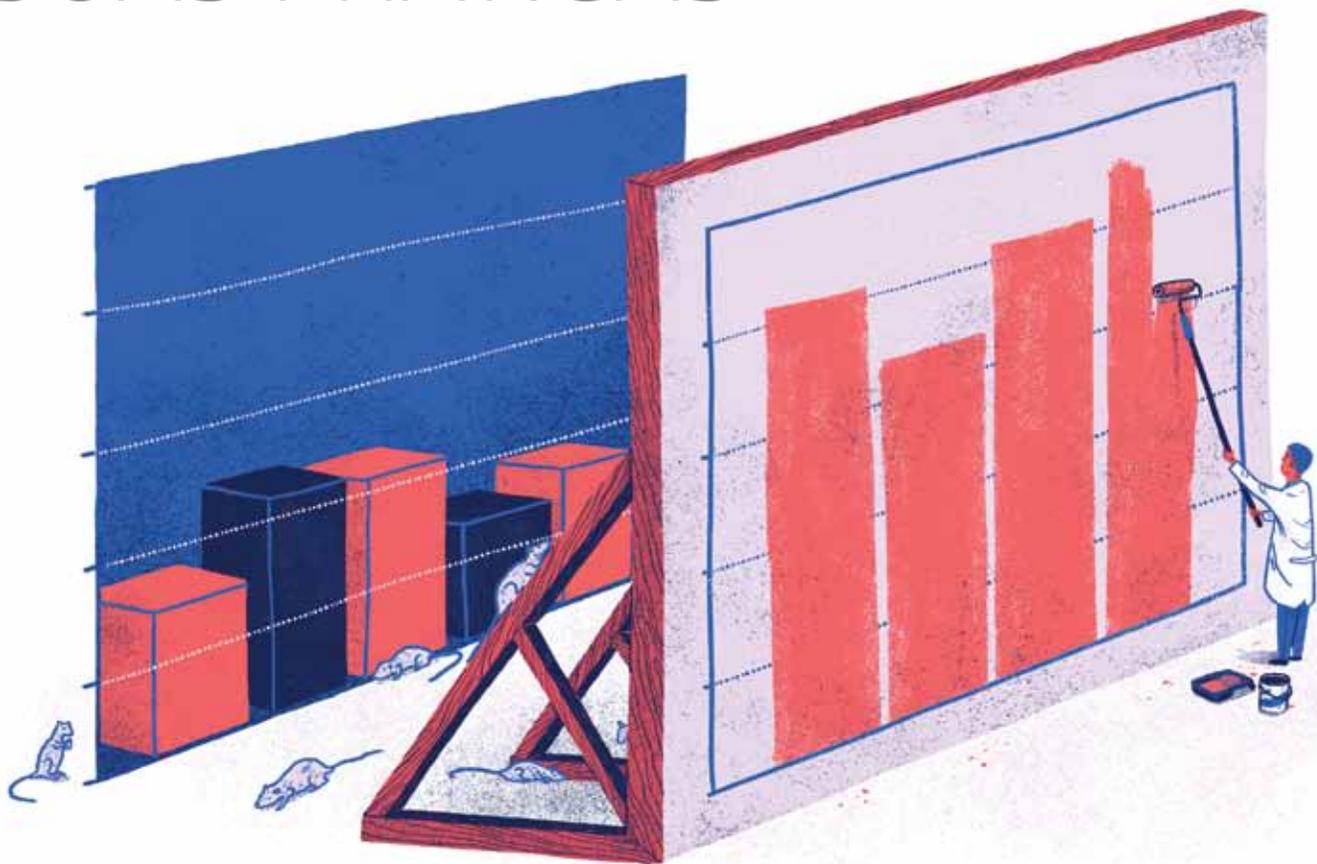


BOAS PRÁTICAS



Dados fraudulentos geram indenização milionária

Universidade Duke fecha acordo para pagar US\$ 112,5 milhões e encerrar processo em que pesquisadora foi acusada de falsificações sistemáticas

A Universidade Duke, nos Estados Unidos, fechou um acordo com a Justiça e aceitou pagar US\$ 112,5 milhões, o equivalente a R\$ 440 milhões, para encerrar um processo no qual uma pesquisadora da instituição era acusada de falsificar dados em artigos científicos e em relatórios apresentados a órgãos federais de fomento à pesquisa, como os Institutos Nacionais de Saúde (NIH) e a Agência de Proteção Ambiental (EPA).

Erin Potts-Kant, coordenadora de pesquisa clínica da divisão pulmonar na Duke Health, complexo de hospitais e escolas de medicina e enfermagem da universidade, tinha como função certificar a validade de resultados de trabalhos da unidade, mas, em vez disso, modificava dados desfavoráveis para facilitar a obtenção ou manutenção de financiamento. Projetos sobre a função pulmonar de ratos, que se basearam em dados manipulados, somaram US\$ 200 milhões em verbas federais para

pesquisa entre 2006 e 2018. Doze artigos científicos foram retratados também por utilizarem informações manipuladas. O trabalho da pesquisadora tornou-a coautora de dezenas de artigos científicos, que estão sendo investigados. “Potts-Kant se engajou em fraudes sistemáticas”, acusou o ex-analista de laboratório da universidade Joseph Thomas, que denunciou o caso e iniciou a ação contra Duke em parceria com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos. Segundo ele, a pesquisadora chegou a inventar conjuntos inteiros de dados.

O escândalo chamou a atenção não apenas pelas cifras, mas também por recorrer a uma legislação raramente utilizada em casos de integridade científica: a Lei de Alegações Falsas, que pune quem comete fraudes usando recursos federais com o pagamento de indenizações vultosas, equivalentes a até três vezes o dinheiro desviado

ou obtido irregularmente. A maior parte dos US\$ 112,5 milhões irá para as agências de fomento que financiaram projetos com dados falsificados. A lei também permite que denunciante recebam até 30% da indenização estabelecida. No caso de Duke, o autor da ação, Joseph Thomas, vai receber US\$ 33,75 milhões. “O acordo envia uma forte mensagem de que a fraude e a desonestidade não serão toleradas no processo de financiamento de pesquisa”, afirmou, em nota oficial, o Departamento de Justiça.

Potts-Kant perdeu o emprego em 2013, quando o caso veio à tona e ela também enfrentou acusações de desviar dinheiro da instituição. Mas isso não foi o suficiente para reverter o estrago na reputação da Universidade Duke, envolvida em outros escândalos. Uma das mais prestigiosas universidades norte-americanas, berço de 13 ganhadores do prêmio Nobel e responsável por um orçamento anual de pesquisa na casa de US\$ 1 bilhão, a instituição já enfrentava outras acusações de práticas negligentes. Em meados dos anos 2000, dois pesquisadores de Duke, Anil Potti e Joseph Nevins, selecionaram pacientes para realizar ensaios clínicos de métodos capazes de prever a evolução de certos tipos de câncer e apontar o tratamento mais adequado. O recrutamento foi realizado embora já se soubesse que tinham sido detectados erros nos trabalhos científicos que embasavam as técnicas. Na contramão das evidências de que os métodos eram problemáticos, a universidade liberou os ensaios em fevereiro de 2010, fiando-se

Devemos aceitar a responsabilidade e reconhecer que nossos processos não funcionaram, disse o reitor Vincent E. Price

em explicações de Potti que mais tarde se revelaram inconsistentes (ver Pesquisa FAPESP nº 189). Os dois pesquisadores foram demitidos.

O descaso da instituição no episódio de Potti e Nevins foi citado como mau exemplo em um amplo relatório apresentado em abril de 2017 pelas Academias Nacionais de Ciências, Engenharia e Medicina dos Estados Unidos, com recomendações para aperfeiçoar práticas e políticas relacionadas à integridade científica nos Estados Unidos (ver Pesquisa FAPESP nº 255). “Não sei se Duke mudou suas práticas, mas não ficaria surpreso se o problema se repetisse”, criticou, na apresentação do documento, o bioengenheiro Robert Nerem, presidente do comitê que produziu o relatório.

No caso de Potts-Kant, a universidade foi acusada de acompanhar de modo frouxo o trabalho de seus pesquisadores e de demorar a tomar atitudes incisivas

quando o caso eclodiu. Por conta disso, desde abril de 2018 os NIH passaram a impor restrições adicionais a pesquisadores da Duke. Projetos com financiamento a partir de US\$ 250 mil são obrigados a fornecer orçamentos mais detalhados do que o exigido de outras instituições.

A universidade se defendeu, em uma declaração oficial, dizendo que só descobriu a possível fraude em 2013 depois que Potts-Kant foi demitida. E argumentou que, inicialmente, não compreendeu a gravidade e a extensão do crime. O reitor da universidade, o cientista político Vincent E. Price, informou que a instituição está revendo seus processos para promover a integridade científica. “Esperamos que os pesquisadores da Duke sempre sigam os mais altos padrões de integridade e praticamente todos fazem isso com muita dedicação”, disse. “Quando indivíduos não cumprem esses padrões e quem está ciente de possíveis erros não os relata, como aconteceu nesse caso, devemos aceitar a responsabilidade, reconhecer que nossos processos para identificar e prevenir desvios de conduta não funcionaram e tomar medidas para melhorar.”

No ano passado, a universidade nomeou a ginecologista Geeta Swamy para o recém-criado cargo de vice-reitora de integridade científica. Também abriu um Escritório de Integridade Científica e começou a exigir planos detalhados e prestação de contas para todas as unidades da Duke Health. Price anunciou, ainda, a criação de um Painel de Excelência e Integridade em Pesquisa, que vai propor novas políticas para a universidade até 30 de junho, e de um comitê de supervisão executiva, liderado por A. Eugene Washington, chanceler para assuntos de saúde. “Continuamos a ter confiança na alta qualidade do corpo docente da Duke e em suas pesquisas”, afirmou Price. “O acordo judicial, que resulta de má conduta intencional que ocorreu em um laboratório, mas que afetou o trabalho de muitos pesquisadores, não deve diminuir o trabalho de salvar vidas que acontece todos os dias na Universidade Duke.” ■ Fabrício Marques



Punição por práticas comerciais enganosas

A Omics International, editora de revistas acadêmicas sediada em Hyderabad, na Índia, foi condenada em uma ação movida pela Comissão Federal de Comércio (FTC) dos Estados Unidos, sob acusação de adotar políticas comerciais enganosas, que violam a legislação do país. Um juiz do estado de Nevada, onde a empresa indiana mantém um endereço postal, ordenou que a Omics pague US\$ 50 milhões à FTC e abandone práticas consideradas predatórias. A principal delas é promover em território norte-americano congressos e conferências talhados para arrecadar dinheiro de pesquisadores.

Quando os eventos são anunciados, a editora convida pesquisadores da área para submeter trabalhos ou fazer palestras. Mas se eles aceitam e enviam seus manuscritos, são surpreendidos com a publicação instantânea em revistas de anais de conferências, sem que se faça uma revisão por pares autêntica. A conta, sobre a qual ninguém havia falado, finalmente aparece: os autores são cobrados a pagar taxas que alcançam milhares de dólares. E não adianta reclamar do valor e pedir a retirada dos artigos. Os pedidos são ignorados e as cobranças reiteradas. Segundo a FTC, a Omics tem o costume de listar nomes de editores que não têm nenhum vínculo com suas revistas nem sabem que estão sendo mencionados.

A editora foi criada em 2007 e publica mais de 700 periódicos de acesso aberto. Quem comemorou a condenação foi o bibliotecário Jeffrey Beall, conhecido por criar uma lista na internet com periódicos predatórios, revistas de baixa importância e reputação que publicam artigos sem qualidade em troca de dinheiro – a chamada

“Lista de Beall” acabou sendo removida pelo autor para evitar ações judiciais. “Existem centenas de editores predatórios, mas a Omics é o império do mal”, disse o bibliotecário ao jornal *The New York Times*. O advogado da editora, Kishore Vattikoti, anunciou que vai recorrer da condenação e solicitar que o caso seja avaliado por um júri. Ele argumenta que o juiz de Nevada não poderia ter tomado a decisão sozinho. O desafio para a FTC agora é identificar bens e contas bancárias que a empresa tenha nos Estados Unidos para receber os US\$ 50 milhões. Caso a Omics insista em políticas predatórias, a comissão vai pedir que suas revistas sejam removidas da internet e promete contatar hotéis e centros de convenção onde a empresa faz suas conferências para alertar sobre suas práticas.



ILUSTRAÇÃO ZANSKY

Plágio causa retratação de artigo de padre

O artigo “A estrada para Emaús e a estrada para Gaza”, publicado em 1994 pelo padre canadense Thomas Rosica, de 60 anos, foi retratado pela revista *Worship*, um periódico acadêmico revisado por pares especializado em estudos sobre liturgia. Isso porque o religioso copiou trechos de seis diferentes teólogos no artigo, sem mencionar a fonte. Não foi um caso isolado. O professor de filosofia da Universidade Dominicana de Ohio Michael Dougherty analisou 30 anos de produção literária de Rosica e o acusou de plagiar trabalhos de teólogos, jornalistas e até cardeais em dezenas de palestras que proferiu e colunas publicadas na imprensa. “Nosso escrutínio mostrou que o plágio era um hábito duradouro e consistente”, escreveu

Dougherty no jornal canadense *National Post*. O padre trabalhava no serviço em língua inglesa do Escritório de Imprensa do Vaticano e comandava uma emissora católica de televisão no Canadá. Ele admitiu as falhas éticas, interrompeu sua produção de textos de divulgação e renunciou ao posto de conselheiro de uma instituição de ensino superior confessional ligada à Universidade de Toronto, o University of St. Michael’s College. “Não quero que meus erros turvem a governança da universidade e ofereçam um mau exemplo para estudantes, educadores e funcionários”, explicou o religioso em uma nota. “Todos sabemos que plagiar é errado. Minhas ações nunca foram deliberadas, mas estavam erradas.”